



2021

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

PROCESSO N.º: 0804386-62.2021.8.23.0010.
REQUERENTE(s): RAIMUNDA SOUSA DA SILVA.
REQUERIDO(s): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

I – RELATÓRIO:

1. A(s) parte(s) requerente(s) RAIMUNDA SOUSA DA SILVA, representada por sua curadora ANA PAULA SOUSA DA SILVA ajuizou(aram) pedido “**perícia em domicílio**” (sic) em desfavor da(s) parte(s) requerida(s) SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, ambas as partes devidamente qualificadas nos autos.
2. A parte autora apresentou a distribuição do processo em epígrafe, mas já tem discussão de outro modo de cobrança do seguro em andamento aos autos de n.º 0825328-52.2020.8.23.0010, tendo as mesmas partes, mesmo pedido e mesma cauda de pedir.
3. A(s) parte(s) requerida(s) não foi(ram) citada(s) nos autos.
4. É o breve relato. **DECIDO.**

II – FUNDAMENTAÇÃO:

5. O caso deve ser extinto sem resolução de mérito por falta de interesse de agir, na modalidade adequação, explico.



2021

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

6. É sabido que, o processo é uma relação jurídica, e, haja vista essa condição tem elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia, todos agrupados sob a designação de pressupostos processuais.
7. Os problemas suscitados por tais elementos são requisitos e fatores para condição de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, formando, a princípio, o juízo de admissibilidade na petição inicial ou condição de desenvolvimento válido e regular do processo em momento posterior.
8. A parte autora apresenta uma nova ação judicial sem qualquer autorização legal, justificativa plausível ou autorização judicial, uma vez que qualquer pedido que se refira à ação n.º 0825328-52.2020.8.23.0010, deve ocorrer nos próprios autos.
9. Sendo assim, somente nessa análise processual já é motivo suficiente para extinção do processo sem resolução do mérito.
10. O procedimento processual escolhido é inadequado ao possível socorro do direito afligido, bem como os contornos jurídicos estão divorciados do amparo legal esculpido pelo Código Fux.
11. Para findar o assunto, apresente decisão monocrática exarada pela nossa corte Cidadã, vejamos.

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BALMAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

"PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 343 DO E. STF. DISSENSO JURISPRUDENCIAL À ÉPOCA DA DECISÃO RESCINDENDA. RE 590.809/RS (COM REPERCUSSÃO GERAL). CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

I. A ação rescisória foi ajuizada com espeque no art. 966, V. do NCPC. por suposta violação à norma jurídica, diante do entendimento firmado pelo E. STF no julgamento do RE nº 574.706 (Tema 69), em regime de repercussão geral, que reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

II. Esta C. Segunda Seção firmou entendimento no sentido de que a incidência da Súmula nº 343 da Suprema Corte deve ser analisada sob a ótica de condição de admissibilidade da ação rescisória, cuidando-se de matéria prévia e processual (Questão de Ordem no julgamento da AR nº 2012.03.00.030282-0).

III. O Plenário da Suprema Corte em recente julgamento do RE nº 590.809/RS. sob o regime de repercussão geral, inovou ao reconhecer a aplicação da Súmula nº 343 do E. STF ainda que a controvérsia gravite sobre norma constitucional, quando existente divergência jurisprudencial à época da decisão rescindenda. exceto no caso de pronunciamento daquela Corte em controle concentrado de constitucionalidade.

IV. No caso, à evidência, cuida-se de matéria de índole constitucional, bem como resta evidenciado o dissenso jurisprudencial sobre o tema de fundo (inclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). ao tempo da prolação da decisão rescindenda. Ademais, a matéria não foi objeto de apreciação pelo E. STF em controle concentrado de constitucionalidade. Destarte, é incabível o manejo de ação rescisória, atraindo a aplicação da Súmula nº 343 do E. STF, com arrimo na nova orientação daquela Corte Suprema, firmada no RE nº 590.809/RS.

V. Por força de Questão de Ordem (AR nº 2012.03.00.030282-0), esta Segunda Seção decidiu pela irretroatividade do precedente surgido no julgamento do RE nº 590.809/RS, em homenagem ao princípio da segurança



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

jurídica. Todavia, a presente ação rescisória é posterior ao paradigma (RE nº 590.809/RS), não encontrando vedação a incidência da Súmula nº 343/STF.

VI. Sem condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios, pois não foi perfectibilizada a relação processual. O depósito prévio, pelo mesmo fundamento, deverá ser revertido em favor da autora. Custas ex lege.

VII. Indeferida a petição inicial, com a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 485. VI, do NCPC), por carência da ação da autora, ante a falta de interesse processual, na modalidade adequação" (fl. 268e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 270/280e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. INCLUSÃO DO ICMS. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. INEXISTENTE OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. RECURSO REJEITADO.

I. Embargos de declaração opostos contra acórdão desta C. Segunda Seção, que, considerando incidir a Súmula nº 343 do E. STF, indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, por carência da ação, ante a falta de interesse processual, na modalidade adequação.

II. É patente o enfrentamento da questão relativa ao entendimento jurisprudencial sobre o tema de fundo à época da decisão monocrática rescindenda - inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS -, datada do ano de 2.015, concluindo pela existência de dissenso nos Tribunais naquele momento, o que norteou a aplicação da Súmula nº 343 da Suprema Corte, cujo enunciado estabelece: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

III. Restaram consignadas, inclusive, as Súmulas do C. STJ nºs 68 e 69, em sentido contrário à tese firmada no RE nº 574.706/PR. invocado pela autora/embargante para a desconstituição da decisão rescindenda. Além disso, foram colacionados julgados do C. STJ e desta Corte contemporâneos à decisão rescindenda (2.015), decidindo pela constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. de maneira a



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

reforçar a afirmada controvérsia nos Tribunais. Destacou-se, ainda, o REsp nº 1.144.469/PR (Tema 313), julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, em 10/08/16. no mesmo sentido das Súmulas nºs 68 e 94.

IV. A questão posta nos autos, consoante fundamentado no voto, veio assentar entendimento apenas em recente julgamento pelo Pleno da Suprema Corte, no RE nº 574.709/PR, quando firmou a tese pela "exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS".

V. Este Relator, em momento algum, afirmou a supremacia da orientação do C. STJ sobre aquela assentada na Suprema Corte, como pretende crer a embargante. Apenas consignou restar caracterizada a divergência nos Tribunais à época da r. decisão rescindenda sobre o tema de fundo.

VI. Houve, também, a identificação dos fundamentos determinantes para a aplicação da Súmula nº 343 do E. STF, com espeque na orientação consagrada no RE nº 590.809/RS, quando se sagrou a possibilidade de sua incidência em matéria constitucional, caso existente interpretação controvertida nos Tribunais ao tempo do julgado rescindendo. como ocorre na espécie.

VII. Não prospera, ainda, a alegada obscuridade, ao argumento de que o nobre causídico da embargante não alcançou o entendimento extraído pelo acórdão atacado relativo ao afastamento da orientação firmada no RE nº 590.809/RS apenas quando haja pronunciamento em controle concentrado sobre o tema discutido na rescisória. Ora, o citado paradigma (RE nº 590.809/RS) é expresso e categórico nesse sentido, ao afirmar que "O verbete nº 343 da Súmula do Supremo deve ser observado em situação na qual, inexistente controle concentrado de constitucionalidade, haja entendimento diversos sobre o alcance da norma, (...)", o que, todavia, não ocorre no caso em voga.

VIII. À evidência, encontra-se devidamente fundamentada a aplicação da Súmula nº 343 do E. STF, dispondo o acórdão embargado a respeito de forma clara e precisa, não apresentando qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

IX. Busca a embargante rediscutir a matéria já analisada e decidida, atribuindo indevidamente efeitos infringentes aos embargos declaratórios, o que, todavia, não se admite, devendo ser deduzido tal inconformismo em



2021

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL

COMARCA DE BOA VISTA

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

recurso próprio, no momento oportuno, sob pena de se desvirtuar a natureza dos declaratórios.

X. Sob outro aspecto, é cediço que o julgador não está adstrito a examinar, um a um, todas as normas legais ou argumentos trazidos pelas partes, bastando que decline fundamentos suficientes para lastrear sua decisão.

XI. Embargos de declaração rejeitados" (fls. 440/441e). Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 966, V, 330, III, 485, I, 321 e 485, VI, todos do CPC, sustentando que a petição inicial não poderia ter sido indeferida, sem que fosse oportunizada à autora a possibilidade de emendá-la; que não há que se falar em "carência da ação por falta de interesse na modalidade adequação por supostamente não se tratar de hipótese de rescisória" (fl. 473e); que "o enunciado nº 346 da súmula do STF não é nem nunca foi considerado aplicável a hipóteses como esta, em que a decisão rescindenda foi contrária a entendimento pacífico firmado pelo Pleno do STF antes que a decisão fosse proferida" (fl. 474e); que "o enunciado nº 346 da súmula do STF não se aplica ao caso, pois a decisão rescindenda violou entendimento pacífico na época em que foi proferida, o qual não foi alterado até hoje" (fl. 490e).

Por fim, requer "que esse Egrégio Tribunal conheça o presente recurso, dando-lhe o necessário provimento, a fim de: a) anular as decisões do Tribunal local, por violação do art. 321 do CPC/2015, determinando-se que seja dada oportunidade para emenda da petição inicial; ou, em caráter subsidiário: b) reformar as decisões, considerando-se admissível a petição inicial e determinando-se a citação da ré para o regular prosseguimento do processo" (fl. 492e).

Contrarrazões a fls. 541/583e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 618/621e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Rescisória ajuizada pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 966, V, do CPC, contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, em 30/04/2015, que deu provimento à remessa oficial e à apelação da Fazenda Nacional, para reconhecer o direito



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

da União a incluir o ICMS e o ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS (fls. 176/182e).

O Tribunal de origem entendeu que "é medida de rigor reconhecer a inadmissibilidade da ação rescisória, em face da incidência da Súmula nº 343 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, a merecer o indeferimento da petição inicial, com a extinção do processo sem resolução do mérito, por carência da ação da autora, ante a falta de interesse processual, na modalidade adequação, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2.015 (correspondência legislativa ao art. 267, VI, do CPC/1973)" (fl. 262e). Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, quanto à alegada ofensa aos arts. 966, V, 330, III, 485, I e 321, todos do CPC, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).
2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.
3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.
5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

No mais, na hipótese dos autos, constou do acórdão recorrido a improcedência da Ação Rescisória, tendo consignado a existência de controvérsia, à época, sobre a matéria de fundo, perante os Tribunais, conforme se depreende do excerto a seguir:

"No caso, à evidência, cuida-se de matéria de índole constitucional, bem como resta evidenciado o dissenso jurisprudencial sobre o tema de fundo (inclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS), ao tempo da prolação da r. decisão rescindenda (30/04/2015), existindo, inclusive, as Súmulas n.ºs 68 e 94 do Colendo Superior Tribunal de Justiça em sentido contrário ao recente paradigma da Corte Suprema (RE n.º 574.706/PR) Ressalte-se que não obstante a Súmula n.º 94 do Colendo Superior Tribunal de Justiça se refira ao FINSOCIAL. aplicava-se, de igual forma, à COFINS. criada em sua substituição, considerada a mesma natureza jurídica das exações. Confirmam-se os verbetes das referidas Súmulas:

Súmula 68. A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS.



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

Súmula 94. A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do FINSOCIAL. E para espantar qualquer dúvida atinente à divergência nos Tribunais sobre o tema, colaciono julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, contemporâneos à r. sentença rescindenda (ano de 2015). decidindo pela constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das exações.

(...)

Por sua vez, impende assinalar que a matéria não foi objeto de apreciação pelo Egrégio Superior Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

Destarte, é incabível o manejo de ação rescisória, atraindo a aplicação, ao caso em concreto, do verbete da Súmula nº 343 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, com animo na nova orientação daquela Corte Suprema, firmada no RE nº 590.809/RS.

Cumprir registrar que, por força da indigitada Questão de Ordem (AR nº 2012.03.00.030282-0), esta Egrégia Segunda Seção decidiu no sentido da irretroatividade do precedente surgido no julgamento do RE nº 590.809/RS, ocorrido em 22.10.2014 (DJe 24/11/2014), o qual admitiu a aplicação da Súmula nº 343 também em relação às decisões de matéria constitucional, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.

No caso, a presente ação rescisória foi ajuizada em 15.05.2018, ou seja, posteriormente ao paradigma (RE nº 590.809/RS), não encontrando, portanto, vedação à incidência da Súmula nº 343 da Suprema Corte.

A par das considerações tecidas, é medida de rigor reconhecer a inadmissibilidade da ação rescisória, em face da incidência da Súmula nº 343 do Egrégio Supremo Tribunal Federal, a merecer o indeferimento da petição inicial, com a extinção do processo sem resolução do mérito, por carência da ação da autora, ante a falta de interesse processual, na modalidade adequação, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2.015 (correspondência legislativa ao art. 267. VI, do CPC/1973)" (fls. 257/264e).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que "não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”, nos termos estipulados pela Súmula 343/STF.

Nesse sentido:

“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO LEGAL AFASTADA NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE SIGNATÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA ENTIDADE PREVIDENCIÁRIA.

1. “A ação rescisória, fundada no art. 485, V, do CPC/1973, pressupõe violação frontal e direta de literal disposição de lei, de forma que seja possível extrair a ofensa legal do próprio conteúdo do julgado que se pretende rescindir”. (cf. AgInt no AREsp 548.845/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016)

2. “O STF, em repercussão geral, no julgamento do RE 590.809/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, reiterou a inviabilidade de propositura de ação rescisória para fins de adequação do entendimento acobertado pelo manto da coisa julgada a posterior alteração jurisprudencial, o que reforça a atualidade e o vigor dos preceitos da Súmula 343 daquela Corte Suprema - “Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”. (EAREsp 397.326/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2016, DJe 26/10/2016)

3. A pacificação jurisprudencial, posterior à decisão transitada em julgado, não autoriza o manejo da ação rescisória.

4. Agravo interno desprovido” (STJ, AgInt no AREsp 96.446/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

“AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. DISPOSIÇÃO DE LEI. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO CONTROVERTIDA. SÚMULA Nº 343/STF.



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a decisão rescindenda tiver se baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais (Súmula nº 343/STF).

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt nos EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 1.557.381/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/02/2018).

Acrescente-se que o Plenário do STF, no julgamento do RE 590.809/RS, sob a relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO MELLO e sob o regime de repercussão geral, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser refutada "a assertiva de que o Enunciado 343 da Súmula do STF ('Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais') deveria ser afastado, aprioristicamente, em caso de matéria constitucional".

A ementa desse julgado restou assim redigida:

"AÇÃO RESCISÓRIA VERSUS UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. O Direito possui princípios, institutos, expressões e vocábulos com sentido próprio, não cabendo colar a sinonímia às expressões 'ação rescisória' e 'uniformização da jurisprudência'. AÇÃO RESCISÓRIA - VERBETE 343 DA SÚMULA DO SUPREMO. O Verbetes 343 da Súmula do Supremo deve de ser observado em situação jurídica na qual, inexistente controle concentrado de constitucionalidade, haja entendimentos diversos sobre o alcance da norma, mormente quando o Supremo tenha sinalizado, num primeiro passo, óptica coincidente com a revelada na decisão rescindenda" (STF, RE 590.809 RG/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, TRIBUNAL PLENO, DJe de 21/11/2014).

De fato, não cabe ação rescisória, sob a alegação de ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, ainda que posteriormente se tenha fixado sua interpretação favoravelmente à pretensão da parte autora, consoante enuncia a Súmula 343 do STF, cuja aplicabilidade foi



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

ratificada, pelo Pretório Excelso, no aludido RE 590.809/RS, inclusive quando a controvérsia envolver matéria constitucional.

In casu, a decisão rescindenda foi prolatada em 30/04/2015, quando a questão da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS era controvertida nos tribunais, notadamente entre o STF e o STJ, embora posteriormente se tenha fixado interpretação favorável à pretensão da autora. Portanto, efetivamente incide, na espécie, a Súmula 343 do STF ("Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais").

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do Recurso Especial, e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2020.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES Relatora

(Recurso Especial n.º 1.854.382/SP, Relatora: Ministra Assusete Magalhães, publicado no DJE: 02/03/2020).

12. Uma nova distribuição de um novo processo para dar prosseguimento à ação cobrança com a tramitação da ação originária é de todo inadequada, tornando desnecessária à tramitação de duas ações para o mesmo fim, sendo que qualquer requerimento deve ser protocolado na ação principal e a distribuição de nova ação é característica de atecnia.
13. Não vou permitir a emenda da petição inicial, pois o vício é insanável, devendo ocorrer à extinção imediata desta ação sem resolução do mérito.
14. Sendo assim, deve ser findo o processo com sentença terminativa, nos termos do artigo 485, inciso VI, do NCPC, por ausência de interesse de agir, na modalidade adequação.



2021

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

III – DISPOSITIVO:

15. Desta forma, **JULGO EXTINTO O PROCESSO** sem resolução do mérito, com fins no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, por ausência de interesse de agir, na modalidade adequação.
16. Certifique-se o cartório sobre o trânsito em julgado desta decisão.
17. Condene a parte autora nas custas processuais iniciais, suspendo a exigibilidade da cobrança pelo prazo de 05 (cinco) anos por ser a parte demandante beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil, exceto se houver novos requerimentos podendo ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça ou litigância de má-fé.
18. Havendo recurso da presente sentença, certifique-se acerca da tempestividade e intime-se a parte apelada, via Projudi, para que seja(m) citado(s) o(s) apelado(s) e também intimado(s) para apresentar(em) as contrarrazões do recurso interposto, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, §1º do Novo Código de Processo Civil.
19. Não havendo recurso, dê-se baixa e arquivem-se os autos.
20. Para se alcançar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos, nos termos do inciso XIV1 do Artigo 93 da Constituição

¹ XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).



2021

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE BOA VISTA**

“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”

Federal, determino aos servidores do Cartório desta Vara para adotar os comandos e procedimentos ordinatórios, sem caráter decisório, objetivando a rápida solução da demanda e finalização da prestação jurisdicional, ainda que isso importe em outros atos de caráter conciliatório, administração e executórios, que deverão ser reduzidos a termo o Ato Ordinatório (Portaria Conjunta n.º 001/2016 - publicada no DJe n.º 5876) ou lavrada a respectiva certidão.

21. Publique-se. Registre. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

Jarbas Lacerda de Miranda
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível
(assinado digitalmente)